

**Do sintoma à narrativa: como a *psique* se tornou
interacional**

Trabalho apresentado ao Familiare
Instituto Sistêmico para conclusão
do curso de Especialização em
Terapia Relacional Sistêmica

Fernanda Graudenz Muller

Professor Orientador:
João David Mendonça

Florianópolis

2011

RESUMO

Resumo: neste texto será descrito um caminho, histórico, que cientistas engendraram desde a concepção mecanicista da ciência (de vida e de *self*) até o entendimento dos fenômenos por meio de redes e construções de sentidos e suas reverberações, notadamente no que tange a processos psicológicos. Inicialmente serão tecidas considerações sobre a ciência, seus paradigmas e as transformações que refletiram no campo da Psicologia e, em especial, da psicoterapia relacional sistêmica. Em seguida será abordado o Construcionismo Social e de que forma alguns de seus pensadores apreenderam o sentido de Narrativas para chegar a uma prática terapêutica denominada de Terapia Narrativa ou Terapias Narrativas. Ao final, serão desenvolvidas algumas pontuações decorrentes da reflexão do próprio texto e do curso de especialização em terapia relacional sistêmica que deu ensejo e este trabalho.

Palavras-chave: terapia relacional sistêmica; construcionismo social; narrativas; terapias narrativas.

Somos vozes num coro que transforma a vida vivida em vida narrada e depois devolve a narração à vida, não para refletir a vida, e sim, mais corretamente, para agregar-lhe algo; não uma cópia, mas uma nova dimensão; para agregar-lhe com cada novela algo novo, algo mais, à vida (CARLOS FUENTES).

Contar uma história, na prática comum e cotidiana de cada um é sempre integrar, estabelecer conexões, estabelecer elos no curso de uma vida entre o presente e o passado; nas relações sociais ou religiosas, entre si e os outros, humanos, ou divinos (BEZERRA).

DEDICATÓRIA

Aos **narradores e narradoras**,
que com coragem e esperança,
compartilham em narrativas o sagrado de suas dores e amores.

A **Gabriela**, minha amada filha, que tem sido minha fonte de inspiração e
desejo de compartilhar;

Ao **Osny**, meu companheiro de viagem.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador **João David** por ter topado essa empreitada, assim tão “em cima do laço” e pelo incentivo decorrente de suas envolventes aulas.

A **Sonia**, pela inesquecível e fundamental confiança em mim depositada.

Novamente a **Sonia** que, com amor e paciência, leu comigo cada palavra do texto que segue e deu um legítimo toque de Mestra!

A **Denise**, pelo acolhimento, em 2007, sem o qual todo esse percurso teria sido menos alegre e desejante.

A **Cida**, pela caminhada que tenho a satisfação de estar trilhando, tendo-a por perto, para além dos corredores da UFSC, e pelo abraço, que palavras não conseguem exprimir.

A **Sassa**, pelo carinho e alegria compartilhados.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
2. Objetivos.....	8
3. Método.....	9
4. Da física newtoniana à quântica.....	10
5. Psicoterapias: do sintoma às relações	16
5.1 Teoria Geral dos Sistemas e Cibernética.....	17
5.2 Construcionismo Social.....	22
5.3 Narrativa.....	26
5.4 Terapias Narrativas.....	29
6. Considerações pessoais.....	33
7. Referências.....	36

1. INTRODUÇÃO

O conhecimento que, ao longo da história, as pessoas constroem a respeito de si e do mundo está relacionado com a forma como percebem, sentem e vivenciam a si e ao seu entorno, o qual está vinculado ao *zeitgeist* – entendido como contexto cultural do momento. O conhecimento é diferenciado da informação quando concebido como um processo dinâmico de interpretação, de reelaboração das informações a que são conferidos sentidos e significados operados pelas pessoas no processo da comunicação. A capacidade simbólica – apanágio humano – ensejou a construção de relações abstratas entre os elementos, os fatos e os fenômenos e a história construída está vinculada, portanto, à capacidade de simbolizar e interpretar.

Este texto aborda o caminho realizado por cientistas tendo como ponto de saída a física newtoniana e como ponto de chegada, até o presente momento, a *realidade* como erigida a partir de relações ou ainda, como construção social. Serão referidas algumas das bases sobre as quais surgiu o sentido do termo **narrativa**. O fundo sobre o qual se assenta o que segue é o pensamento relacional sistêmico. Desta forma, meu intento é, ainda que enviesadamente – dado os limites inerentes a este exercício, bem como de qualquer outro – integrar alguns conteúdos, os quais entendo serem princípios que sustentam o meu fazer de psicoterapeuta que trabalha sob a perspectiva relacional sistêmica.

Para tanto, abordarei a mudança de paradigma ocorrida na ciência a partir da Física Quântica e da Teoria da Relatividade e contextualizarei o surgimento da Psicologia de base Sistêmica. Em seguida, o foco incidirá no Construcionismo Social. Então, tratarei de Narrativa e de sua dimensão terapêutica. Ao final, tecerei as considerações pessoais que foram sendo colhidas ao longo da elaboração deste texto, bem como das reflexões geradas ante o ofício de psicóloga terapeuta sistêmica.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Descrever um caminho que cientistas engendraram desde a concepção mecanicista da ciência e da vida até a física quântica e suas reverberações, notadamente no que tange a fenômenos psicológicos, e de que maneira essa mudança ecoou em práticas psicoterapêuticas denominadas de sistêmicas, e, em especial, nas práticas narrativas.

2.2 Objetivos Específicos

2.2.1. Discorrer sobre o caminho realizado pela ciência, desde Descartes até Michel White e Keneth Gergen;

2.2.2. Abordar mudanças nas concepções de psicoterapias;

2.2.3. Conceituar o termo *narrativas*;

2.2.4. Desenvolver aproximações entre o termo narrativas, tal como é concebido por autores da terapia relacional sistêmica, em especial por construcionistas sociais, e por autores da antropologia da saúde.

3. MÉTODO

A modalidade dessa pesquisa é concebida como de caráter exploratório, pois [...] “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, pág. 41, 2002). É também bibliográfica por acessar um material previamente elaborado. Assim, para alcançar os objetivos propostos, foram desenvolvidas buscas em livros e artigos científicos relacionados ao tema.

4. DA FÍSICA NEWTONIANA À QUÂNTICA

Até o início do século passado, a visão predominante de mundo estava baseada no modelo mecanicista, que durou por mais de 300 anos e condicionou o modo de perceber a realidade. Por isso mesmo, era essa a base sobre a qual se apoiava a ciência. Nesse modelo, o ser, em seu nível elementar e indivisível, é feito de partículas pequenas e distintas. Estas se chocam, atraem-se e se repelem reciprocamente. Ocupam lugares próprios no espaço e no tempo. O espaço é tridimensional, absoluto, idêntico e imóvel. As transformações da realidade física, relatadas em termos do tempo, também absoluto, passam regularmente do passado ao presente e deste, ao futuro. Essa visão implica num determinismo rigoroso. Os fenômenos possuem uma causa definida que gera um efeito: o princípio da causalidade linear (ALBUQUERQUE, 2000; GLAISER, 1997).

A base filosófica desse modelo foi introduzida pelo matemático francês René Descartes, que, no século XVII, criou o método do pensamento analítico, o qual consiste em quebrar os fenômenos complexos em pedaços, a fim de compreender o todo a partir das propriedades das suas partes. Para Descartes, o universo, assim como o homem, funciona como uma máquina governada por leis exatas (BOFF, 1997).

Tempos depois, o físico inglês Isaac Newton, com sua mecânica dos corpos, trabalhou tendo por base o pensamento analítico de Descartes. Segundo Glaiser (1997), a principal razão do impacto dos seus postulados no desenvolvimento intelectual da cultura ocidental é a eficiência com que Newton aplicou conceitos da matemática na física, demonstrando que todos os movimentos observados na natureza, desde a queda de uma gota de chuva até a trajetória dos cometas, podem ser compreendidos por leis de movimento expressas matematicamente. Desde então, o raciocínio quantitativo tornou-se sinônimo de ciência e a metodologia newtoniana foi transformada na base conceitual de muitas áreas da atividade intelectual.

Segundo esse modelo, ciência é o que pode ser comprovado por meio de experimentos com resultados estáveis e constantes, cujos fatos são regidos por leis de causa e efeito e que podem ser medidos e quantificados. O método consiste em reduzir o complexo ao simples. Os eventos são descritos objetivamente e o observador humano é desconsiderado. A objetividade, o ideal da ciência. Tendo por base essa estrutura conceitual, a ciência limitava-se à descrição dos eventos físicos, desempenhando o cientista um papel de mero observador do fenômeno estudado. Para Glaiser (1997), a crença na neutralidade do cientista decorria de que, qualquer que fosse o referencial do observador, as medidas do espaço e do tempo seriam as mesmas. Dessa forma, segundo a física clássica, a presença e as condições subjetivas do cientista são irrelevantes para a determinação da realidade observada.

Essa visão de ciência culminou por romper os limites da física, encontrando abrigo em outros segmentos do conhecimento, incluindo-se a ciência psicológica. É essa, ainda hoje, a visão generalizada sobre a ciência e seu método (GLAISER, 1997; VASCONCELOS, 2002).

Sem dúvida, esse modelo foi útil para o desenvolvimento da física clássica e da tecnologia. Aliás, essa importância mantém-se para objetos que possuem número elevado de átomos e para eventos com velocidades pequenas se comparadas à da luz. Seus princípios proporcionaram um avanço sem precedentes da ciência, que para melhor análise e compreensão dos fenômenos, passou a dividi-los e classificá-los, gerando as áreas especializadas e compartimentadas do saber, tais quais são conhecidas atualmente (BOFF, 1999). Contudo, essa compreensão não consegue explicar outros fenômenos que não podem ser entendidos senão em relação, e dentro de um contexto (CAPRA, 1996).

No século XIX, ocorreu o primeiro abalo nessa concepção mecanicista, pelos trabalhos de Faraday e Maxwell. Para estes cientistas, os fenômenos eletromagnéticos não podem ser corretamente descritos pelo método acima referido, já que são de um novo tipo de força que não pode ser decomposta em unidades fundamentais. Também Einstein, em 1905, publicou quatro artigos

que iriam mudar a concepção que se tinha do universo, dando início a mudanças conceituais revolucionárias. A elaboração da Teoria Geral da Relatividade é somente um entre os legados que esse gênio deixou à humanidade (FIALHO, 1998).

A teoria da Relatividade conviveu com a então incipiente física quântica inaugurada por Niels Bohr. Rompeu os conceitos básicos da visão cartesiana: espaço e tempo acham-se vinculados, formando um *continuum* quadridimensional, o “espaço-tempo”. Dessa forma, não se pode falar de um sem falar do outro; inexiste um fluxo universal do tempo; massa é uma forma de energia. Com o estudo dos fenômenos extremamente pequenos, evolui-se para um novo estágio de conhecimento científico no qual a simples observação determina os seus limites e interfere nos fatos investigados. Com o contato com o mundo subatômico e o nascedouro da Física Moderna, vários fenômenos concernentes à estrutura dos átomos foram descobertos (GLEISER, 1997; VASCONCELOS, 2002).

Uma das revolucionárias afirmações da física quântica sobre a natureza da matéria, pontua Albuquerque (2000), advém de sua descrição da dualidade onda-partícula: em nível subatômico, os elementos atômicos, a luz e outras formas eletromagnéticas têm um comportamento dual, ou seja, podem ser descritos tanto como partículas sólidas, confinadas a volumes e espaços definidos, quanto como ondas que se expandem em diversas direções. Além disso, nenhuma das descrições é suficiente para se compreender a natureza dos fenômenos. É a própria dualidade o aspecto básico. Um complementa o outro e a expectativa se reflete na experiência. Onde se espera encontrar partículas, lá estão elas. O mesmo se dá com as ondas.

A solução para essa aparente contradição foi dada por Niels Bohr, ao elaborar o princípio da complementaridade, pelo qual, embora mutuamente excludentes num dado instante, os dois comportamentos são igualmente necessários para a compreensão e a descrição dos fenômenos. Não se consegue observar um elétron e medir sua velocidade ao mesmo tempo. Ao incidir um foco de luz para observá-lo a velocidade se altera. Então, não se

sabe mais onde ele estava antes. Consegue-se medir ou sua exata posição – quando ele se manifesta como partícula – ou sua velocidade, quando se expressa como onda, mas nunca ambos a um só tempo. Esse é o princípio fundamental da teoria quântica: a incerteza (GLEISER, 1997; ALBUQUERQUE, 2000; VASCONCELOS, 2002).

Exemplificando: para visualizar um objeto é necessário projetar luz sobre ele; quanto mais detalhada a imagem desejada, menor o comprimento de onda a ser usada; se o objetivo é visualizar um objeto de dimensões minúsculas, usa-se luz de comprimento de onda bastante pequeno. Porém a luz, como qualquer outra onda, transmite energia e quanto menor o comprimento de onda, maior é a energia transportada. Portanto, ao se projetar luz sobre um objeto de dimensões minúsculas, obrigatoriamente muda-se sua posição, uma vez que este objeto absorveu energia. Quanto maior a precisão com que se mede a posição do objeto, mais forte será o empurrão dado pela luz. Conclui-se, assim, que o próprio ato de medir interfere no que está sendo medido. Isso significa que é o observador, por meio da observação, que fixa o elétron e o observa numa determinada posição. Então, em nível subatômico, não se pode dizer que a matéria exista com certeza em lugares definidos. Diz-se que ela apresenta “tendências a existir” e que os eventos têm “tendências a ocorrer” (GLAISER, 1997; VASCONCELOS, 2002).

Assim, as leis da física quântica são expressas em probabilidades. Não há mais objetividade pura e o fundamento da visão mecanicista – o conceito de realidade da matéria – não consegue explicar toda a realidade, pois em nível subatômico os materiais sólidos dissolvem-se em padrões de probabilidades semelhantes a ondas. Nessa esteira, a totalidade do universo aparece, aos quânticos, como uma teia dinâmica de padrões inseparáveis de energia. Energia elétrica, magnética, acústica ou gravitacional (CAPRA, 1996).

Esse todo dinâmico inclui o observador humano. Ele faz parte da cadeia de processos de observação e as propriedades de qualquer objeto atômico só são conhecidas em termos de interação do objeto com o observador. Finalmente, o modelo oriundo da física quântica propiciou o surgimento de

outro paradigma, representado pelo pensamento relacional. De acordo com este, o homem, a natureza e o universo não constituem simplesmente o conjunto ou a soma dos objetos existentes, mas uma complexa teia de relações, em constante interação. As propriedades essenciais de um sistema são as propriedades de seu todo – que nenhuma das partes isoladamente possui – surgidas da interação entre essas partes, que tendem a desaparecer quando separadas do conjunto. Logo, os fenômenos não podem ser plenamente entendidos ou explicados pela separação, mas só quando colocados num contexto mais amplo, no contexto relacional (CAPRA, 1996; VASCONCELOS, 2002).

Ainda sobre a mudança de paradigma da ciência, Eysenck (1994) corrobora que a maior parte dos princípios de base da visão tradicional da ciência foi questionada por filósofos da ciência do século XX, dentre os quais estão Karl Popper, Tomas Kuhn, Imre Lakatos e Paul Feyrabend. Nesse sentido, para Eysenck (1994), a objetividade da observação científica foi abalada por Karl Popper, que foi quem também advogou que a observação em ciência não era tão objetiva quanto se dizia, mas, para ele, em função de que era estimulada por uma teoria. Em última instância, o que se observa depende, em parte, daquilo que se espera ver. Seu entendimento vai ao encontro do que foi referido.

Argumenta Kuhn Sobre acerca dos modelos de ciência que a mesma possui dois paradigmas: normal e revolucionária. A mudança de um para o outro é acompanhada por uma crise. Ao longo do período de ciência normal, uma orientação teórica particular torna-se dominante, ou, um paradigma. E se uma evidência contraria o paradigma, acaba por ser descartada¹. Mas o paradigma explica os fenômenos tidos como centrais ao campo de estudo. E o maior campo da ciência normal é a produção de experiências que testam e confirmam os princípios próprios do paradigma, tal como ocorreu com o uso da

¹ - As novas idéias são primeiramente ignoradas, depois ridicularizadas, depois são violentamente combatidas, depois são adotadas como evidentes, justamente pelos que as combatiam (SCHOPENHAUER).

mecânica newtoniana, pelos físicos, até o surgimento da teoria da relatividade (EYSENCK, 1994), como já referido neste texto.

Porém, os paradigmas – apesar de uma forte resistência as transformações – não se sustentam eternamente. E quando ocorre a mudança e a revolução, as evidências do velho paradigma são reinterpretadas e acolhidas pelo novo. Como exemplo, para Eysenck (1994), cabe citar a reinterpretação da mecânica de Newton feita por Einstein quando do advento da supra citada teoria da relatividade. Sobre o significado da palavra paradigma tratarei mais adiante neste texto.

Sintetizando: segundo Vasconcelos (2012) complexidade, instabilidade e intersubjetividade se tornaram as bases do novo paradigma em ciência. A complexidade está relacionada com o fato de um fenômeno apenas ser entendido a partir das relações que estabelece com o meio. Vasconcelos (2002) compreende esse conceito a partir das lições de Wittgenstein (1921, referido pela autora): “perceber um complexo significa perceber que suas partes constitutivas se comportam umas em relação às outras, de tal ou qual modo [e que] não podemos nem imaginar um objeto a não ser em conexão com outros objetos” (p.110).

A instabilidade alude à noção de *processo*. A estabilidade, que caracterizava os fenômenos entendidos a partir do paradigma cartesiano, dá lugar a fenômenos inteligíveis a partir de constantes transformações e auto-organização. Nesse sentido, propugna Morin (1997), há que se estar aberto, se abraçar o acaso, a incerteza e a probabilidade.

A intersubjetividade é traduzida na impossibilidade de descrever os fenômenos de forma neutra ou imparcial. O observador influencia a realidade observada e por ela é influenciado. Essa noção começou a ser formulada a partir das descobertas de Heisenberg em relação às observações de partículas de elétrons, em que era impossível localizar e medir sua velocidade ao mesmo tempo – o que ficou conhecido como “princípio da incerteza” (VASCONCELOS, 2002), já referido neste trabalho.

5. PSICOTERAPIAS: DO SINTOMA ÀS RELAÇÕES

A terapia relacional sistêmica utiliza os conhecimentos concebidos a partir das mudanças ocorridas na física ou das ciências exatas, as quais passaram de uma concepção linear-mecanicista de Descartes e Newton para uma visão relacional, ou seja, a realidade passou a ser compreendida em forma de totalidades interligadas, sistêmicas. A concepção sistêmica vê o mundo em forma de relações e de integração; os sistemas são totalidades interligadas, cujas propriedades não podem ser reduzidas a unidades menores, suas formas não são estruturas rígidas, mas manifestações flexíveis e estáveis de processos subjacentes (FILOMENO, 2002).

Vasconcelos (2002) propõe que o pensamento sistêmico passe a ser considerado “como o paradigma da ciência contemporânea ou como a epistemologia da ciência novo-paradigmática” (p.28). Segundo a autora, o termo paradigma tem suas origens na palavra grega *parádeigma*, que significa modelo ou padrão. Pode ser entendido ainda como regras que estabelecem e mantêm comportamentos. São os paradigmas que mostram a forma pela qual cada ser percebe e reconhece o mundo e são eles que filtram as informações, podendo distorcê-las. Os paradigmas ainda podem fazer com que o ser acredite que a sua forma de realizar algo é a única correta ou o único meio de realizar determinadas ações (VASCONCELOS, 2002).

As mudanças paradigmáticas ocorridas na ciência e aludidas neste texto, portanto, deram base para o desenvolvimento de uma nova maneira de encarar a(s) pessoa(s) que vem em busca de auxílio, o *setting* terapêutico e a função do terapeuta. Na terapia de base relacional aquele que busca auxílio não é visto como o detentor dos problemas (sintomas) cuja origem é intra-psíquica. Ele é percebido como alguém que faz parte de um sistema e que se manifesta em função das relações que estabeleceu e vem estabelecendo. O foco deixa de ser o intra-psíquico passando ao inter-relacional.

5.1 Teoria Geral dos Sistemas e Cibernética

A partir do momento em que é adotada uma visão de sistema, os cientistas se propõem a não isolar os fenômenos de seus contextos. Sob o título comum de investigação dos sistemas, convergem avanços de diversas especializações científicas. Nessa linha, a terapia familiar sistêmica tem por embasamento a Teoria Geral dos Sistemas e Cibernética, uma organicista e outra mecanicista, abaixo explicitadas.

A Cibernética é o resultado da interligação de disciplinas, dentre as quais a antropologia, a psicologia, a matemática, a física, a biologia e cujo objetivo é abordar os processos de comunicação entre os seres vivos e não vivos no sentido de criar os princípios da informática e da inteligência artificial. Pesquisa a maneira como a informação circula e como controlá-la. Dessa forma, seu viés (mecanicista) está relacionado com técnicas de controle, automatização, inovações tecnológicas (Bruscagin, 2010). Por outro lado, a tendência organicista cuja base é a Teoria Geral dos Sistemas parte do princípio que um “organismo é uma coisa organizada” e circunscreve as leis de funcionamento desse tipo de sistema.

As duas tendências desenvolveram-se paralelamente, com o matemático Wiener na Cibernética e Bertalanffy na Teoria Geral dos Sistemas. Esta última enfoca os sistemas biológicos e sociais, distintamente dos matemáticos (mecanicistas) da Cibernética. Segundo Wiener o modelo de retroalimentação explica o processo das máquinas. Entretanto, é deficiente para explicar ou descrever sistemas biológicos. O organismo vivo mantém, por meio de interações dinâmicas múltiplas, um estado de desequilíbrio constante. “A desconsideração do potencial evolutivo da organização dos organismos vivos na cibernética inviabiliza sua aplicação ao mundo biológico ou social. Para ele, sistemas de retroalimentação são fechados, nos quais não se considera a possibilidade de transição a estados de maior complexidade” (FILOMENO, 2002, p.13).

Segundo Papp (1992), a teoria dos sistemas embasa a terapia familiar

na abordagem sistêmica, existindo ainda uma diversidade de abordagens clínicas nas quais a família também pode ser o foco. O terapeuta clínico sistêmico utilizará, por exemplo, o modelo dos seguintes autores: Salvador Minuchin (o sistema é definido por meio de suas fronteiras e das organizações hierárquicas); Murray Bowen (seu campo de intervenção é baseado em um conceito de triângulos e graus de diferenciação); Jay Haley e Chloé Madanes (o sistema possui estrutura de poder); Norman Paul (relacionado a lutos não resolvidos); Boszormenyi Nagy (lealdade transgeracional); Selvini Palazzoli (paradoxos sistêmicos), entre outros.

A intervenção sistêmica, portanto, é fundamentada em conceitos da Teoria Geral dos Sistemas e da Cibernética, cujos princípios são sintetizados a seguir:

Os conceitos-chave do pensamento sistêmico têm a ver com a totalidade, a organização e a padronização. Os eventos são estudados dentro do contexto no qual ocorrem e a atenção é focalizada nas conexões e relações, mais do que nas características individuais. As idéias centrais desta teoria são as de que o todo é considerado maior do que a soma de suas partes; cada parte só pode ser entendida no contexto do todo; uma mudança em qualquer uma das partes afeta todas as outras partes e o todo regula através de uma série de correntes de *feedback* que são classificados como circuitos cibernéticos. A informação viaja para frente e para trás dentro destas correntes de *feedback* a fim de fornecer estabilidade ou homeostase ao sistema. As partes estão constantemente mudando a fim de manter sua forma na medida em que o padrão de ligação entre as partes se modifica. Este conceito de padronização e organização circular, em oposição à descrição individual e à explanação linear, tornou-se a base sobre a qual a terapia familiar se apóia (PAPP, 1992, p. 22).

A Cibernética é composta de duas fases, dois momentos. Inicialmente adveio a Cibernética de Primeira Ordem (com o desenvolvimento da engenharia da comunicação e das ciências da computação e automação) e posteriormente da Cibernética de Segunda Ordem, surgindo a partir dos anos 70 (GRANDESSO, 2000).

A Cibernética de Primeira Ordem, cuja base principal era de que é

possível aprender objetivamente uma verdade sobre os outros e o mundo (Bruscagin, 2010), possui duas divisões, nomeadas de Primeira Cibernética e de Segunda Cibernética:

1) Primeira Cibernética: Um de seus princípios norteadores é o interesse pela estabilidade e pela estrutura, entendendo que os sistemas funcionam com uma meta e um propósito que é levá-los ao equilíbrio. Interessa o mecanismo de homeostase, que pode ser entendido como as estratégias de ação dos sistemas e organismos para manter a estabilidade, o equilíbrio. Os terapeutas cuja base se sustentava nessa teoria tendem a ser mais diretivos, planejando ativamente estratégias e ações que tem por objetivo definir o problema (sintoma) e aplicar técnicas para a sua eliminação, pois os sintomas são considerados uma ameaça ao equilíbrio. Cabe lembrar que essa forma de tratamento tornou-se eficiente e breve, se contrapondo aos tratamentos psicoterapêuticos da época.

Filomeno (2002) e Bruscagin (2010) pontuam que além da preocupação com a homeostase positiva ou negativa, um sistema pensado a partir da Cibernética de Primeira Ordem pode ser operado “de fora”, entendendo seus modelos como correspondentes a uma realidade independente do observador. Este seria o outro princípio importante da Cibernética de Primeira Ordem, a não inclusão da idéia de auto-referência (caracterizada pelo postulado de independência entre observador do sistema e sistema observado).

2) Segunda Cibernética: o sintoma² não é o foco, que serve como indicador que algo não vai bem na família. O foco está nas relações. Acrescenta a

² Os sintomas podem surgir para restabelecer um padrão que está diferente, surgindo diante de muitos eventos, entre eles, uma mudança em um dos sistemas mais amplos em que a família experimenta, como o social, político e cultural; em outros casos o sintoma pode surgir por eventos internos à família, como reações no ciclo de vida familiar, tais como mortes, separações ou nascimento. Existem especulações quanto ao sintoma, se ele tem uma função homeostática ou evolutiva, ou seja, o sintoma serve para manter a família como está ou para passar a um novo estágio. O dilema da mudança é ponto focal da terapia, ou seja, o mais importante não é como *eliminar* o sintoma, mas o que vai acontecer quando ocorrer a “desejada” eliminação. O sintoma está operando dentro do sistema e não pode ser mudado separadamente. É importante pensar em como a família funcionará sem o sintoma (PAPP, 1992).

homeostase positiva, cuja equilibração leva à permanência ou surgimento do sintoma como forma de mudança, porque se há sintoma é importante que se procure ajuda terapêutica, em direção a possibilidade de mudança. O sistema deixa de ser resistente e “paralisado” em seu movimento, ele muda para novas coerências; o sintoma não é mais um “mecanismo homeostático” que impede a família de mudar ou de sucumbir a uma crise, mas uma alternativa amplificada, como uma possível solução para aquele sistema. A crise, ao invés de ser considerada como um perigo, como na primeira Cibernética, é vista agora como parte do processo de mudança, como uma possibilidade de crescimento (FILOMENO, 2002).

Na Cibernética de Segunda Ordem a antiga noção de consertar uma estrutura que apresenta um problema não mais é considerada. Os problemas não estão nas famílias, mas em sua construção da realidade, em sua relação e na forma pela qual esta permite a emergência de realidades, subjetividades, crenças e sintomas. Não há uma família dada “lá fora” a ser conhecida, previsível e manipulada, mas um sistema, imprevisível, incerto, portador de uma história, auto-organizador e autônomo, regido por suas próprias leis. Com base no conceito de autonomia, é questionado o valor e a pertinência de intervenções que pretendem dirigir o sistema para determinado lugar. Questiona-se ainda que tais intervenções possam provocar mudanças, já que o terapeuta não determina o que acontece no sistema terapêutico (FILOMENO, 2002).

Nessa linha de pensamento, Minuchin (1982) lembra que a família passa por modificações em suas funções à medida que a sociedade se modifica. Há 400 anos, a família não tinha como função a criação das crianças. Atualmente a família possui duas diferentes funções, a primeira é interna com relação à proteção psicossocial e a segunda é externa com relação à necessidade de transmitir uma cultura. Segundo Minuchin (1982, p. 55) “A família mudará à medida que a sociedade muda”. E esta mudança sempre ocorre da sociedade para a família, sempre da unidade maior para a menor. As famílias estarão sempre se adaptando, isso porque a família é um sistema aberto. Grandesso (2000, p. 121) define família por meio dos conceitos da

teoria familiar sistêmica da seguinte maneira: “[...] a família é como um sistema aberto, mantendo uma interdependência entre seus membros (globalidade) e com o meio, no que diz respeito às trocas de informação, usando recursos de retroalimentação para a manutenção da sua estabilidade (organização)”.

Minuchin (2009) entende que os pioneiros da terapia familiar mostraram a importância de ver e considerar além das personalidades individuais. Segundo o autor, a terapia familiar desabrochou também porque ensinou aos terapeutas a “interconectividade fundamental da condição humana” (p.15). Contudo, Minuchin desabafa que, lamentavelmente, nesse processo de enxergar o sistema, os terapeutas perdem a noção da individualidade das pessoas. E conclui dizendo que a passagem da terapia familiar para este novo século está no Construcionismo Social. Isso significa que nossa experiência é função da maneira como relacionamos os eventos, ou ainda, como narramos nossa história.

“A abordagem narrativa [...] é uma expressão perfeita da revolução pós-modernista. Quando se considera todo o conhecimento como construído ao invés de descoberto é apropriado que a abordagem principal na terapia familiar se relacione ao modo pelo qual as pessoas constroem sentido” (MINUCHIN, 2009, p.16).

5.2 Construcionismo Social

A psicologia não está alheia ao movimento de renovação dos paradigmas da ciência e da cultura nesta virada de séculos, dando margem ao surgimento de novos modelos teóricos e técnicos para as práticas terapêuticas, que vêm sendo denominados genericamente de “terapias pós-modernas”. Estes modelos baseiam-se genericamente na compreensão de que o conhecimento *sobre* o sujeito não está dissociado do conhecimento *do* sujeito; ou seja, que é impossível separar aquilo que é conhecido – incluindo-se aí a noção de *self* – daquele que conhece (SOAR FILHO, 1997).

A terapia familiar começa a dialogar com o Construcionismo Social, tendo por um dos expoentes Kenneth Gergen e o trabalho realizado no final da década de 80. No modelo proposto por ele, os critérios para identificar eventos no mundo não são objetivos, mas circunscritos a um contexto histórico-social. Portanto, não se postula uma base objetiva para o conhecimento, dado que o mundo é compreendido em termos de artefatos sociais historicamente situados e de produtos do intercâmbio entre as pessoas (FILOMENO, 2002).

O Construcionismo Social consiste em um conjunto variado de contribuições teóricas que vem ganhando espaço na literatura psicológica. Antes disso, autores e estudiosos da Psicologia de orientação positivista tinham esperança de encontrar uma resposta universal para inquietações acerca do ser humano e que esse objetivo seria alcançado quanto mais fosse possível a mitigação da subjetividade, em prol da objetividade científica (FONTE, 2006). Tal modelo positivista tem dado espaço a um entendimento de ciência, denominada como pós-empiricista, pós-estrutural, não fundamentada ou pós-moderna, que se destaca pelo confronto que estabelece com os princípios que tradicionalmente dominaram a produção de conhecimento (GERGEN, 1994).

O pós-modernismo pode ser compreendido, segundo Grandesso (2001, p. 01), como um modelo epistemológico que coloca em xeque, entre outras questões: “a separação entre um mundo real e um mundo da experiência; a segurança das representações claras e distintas como fundamento de um

conhecimento válido, ou seja, a existência de verdades imutáveis como base para a construção do conhecimento; a possibilidade de separação entre um sujeito epistêmico, apto para empreender um conhecimento confiável de origem insuspeita, e o objeto de seu conhecimento, ou seja, a possibilidade de um conhecimento objetivo”. Nessa perspectiva, o conhecimento é resultado da interação entre o sujeito e o seu contexto e essa interação é auto-referenciada e interpretada a partir dos quadros de referência do sujeito (FONTE, 2006).

Segundo Nogueira (2001), o Construcionismo Social pode ser observado em qualquer abordagem que tenha na base o que Gergen (1994) afirma:

- 1- é importante manter uma posição crítica diante do conhecimento concebido como verdade;
- 2- a maneira de compreender o mundo é resultado das interações sociais, num contexto histórico e cultural;
- 3- a compreensão do mundo e de como as pessoas se constroem baseia-se nas relações entre elas estabelecidas;
- 4- o significado da linguagem deriva de padrões de relacionamento;
- 5- na medida em que se conhece o discurso existente, é possível entender os padrões de vida cultural.

Nogueira, na obra referida, salienta que diante desses pressupostos é possível compreender distinções dessa proposta em relação ao paradigma tradicional positivista da Psicologia, ou seja, essencialmente o seu caráter anti-essencialista, anti-realista. “É a pressuposição da linguagem como precondição para o pensamento e como forma de ação social e o seu foco na interação e nas práticas sociais aliada à perspectiva do conhecimento como especificamente histórico e cultural, que o diferencia da abordagem mais tradicional” (BURR, 1995; GERGEN, DAVIS, 1997, citados por NOGUEIRA, 2001, p.146).

Dito de forma mais sintética, segundo McNamee & Gergen (1995) e Rasesa & Japur (2006), o Construcionismo Social está alicerçado em torno de

eixos: ênfase na especificidade cultural e histórica de se conhecer o mundo; no reconhecimento da primazia dos relacionamentos na produção e sustentação do conhecimento; na interligação entre conhecimento e ação e na valorização de uma postura crítica e reflexiva.

Rosera & Japur (2006) explicitando e direcionando o Construcionismo Social para a questão terapêutica, explicam que a utilização do Construcionismo tem gerado uma nova postura para o terapeuta e tem promovido diferentes ênfases em suas práticas, quais sejam:

(1) **foco no significado**: focar a atenção nas maneiras próprias pelas quais as pessoas se constroem nos relacionamentos e nos significados disso;

(2) **a terapia como co-construção**: o terapeuta questiona a si a postura de especialista e o uso de seu vocabulário profissional, usando linguagens e sentidos trazidos pela pessoa. O terapeuta busca criar condições para o ensejo de conversações que tragam novos sentidos, em uma postura de colaboração, rumo à co-construção;

(3) **foco no relacionamento**: entender que o que surge do cliente se dá pela análise dos relacionamentos e é nestes que desenvolvem determinados sentidos;

(4) **sensível a valores**: o terapeuta vê o relacionamento terapêutico pautado por valores que influenciam na construção dos sentidos neste contexto (não existe neutralidade);

(5) **ênfase polivocal**: em oposição à idéia de verdade única, a definição do real e à visão de um *self* unificado, a idéia de polivocalidade possibilita várias maneiras de descrever um problema, bem como explicitar a multiplicidade de *selves* que habitam as pessoas nos distintos relacionamentos nos quais estão envolvidas;

(6) **foco na ação**: como o processo de significação é contínuo e se transforma de relações para relações, os autores focam na possibilidade de utilização do discurso construído no contexto terapêutico, fora dele e com os resultados pragmáticos desta utilização;

(7) **atenção às potencialidades:** o foco está nas potencialidades e nas construções de realidades futuras, ao invés de na doença e no patológico. Diante disso, cabe pontuar que as narrativas emergem e se moldam no domínio social (ROSEIRA & JAPUR, 2006).

A ênfase do Construcionismo nos processos sociais não exclui o indivíduo do contexto de análise. Gergen e Warhuus (2001) mostram-se opositores de uma posição radical do Construcionismo. Eles sustentam que não se pode cometer o erro de reificar o relacional. Apesar de todas as possibilidades que este enfoque proporciona, "não por isso devemos abandonar a exploração do *self*, de nossas emoções, memórias e desejos" (GERGEN & WARHUUS, 2001, p.20).

Desse conjunto de ênfases as quais caracterizam uma episteme ou lógica Construcionista Social em terapias, destacam-se as que se denominam de Terapias Narrativas, as quais serão objeto de reflexões, logo após as observações acerca do termo narrativa.

5.3 Narrativa

“Os seres humanos sempre contaram coisas entre si e escutaram os que os demais lhes contavam; e sempre compreendemos o que somos e quem somos a partir das narrações que nos relatamos mutuamente” (GOOLISHIAN & ANDERSON, 1996, p.193).

Narrar é contar histórias imbuídas de afeto. A narrativa é um meio de atribuir sentido à experiência vivida. Bezerra (2008) concebe narrativa enquanto meio de coleta de dados próxima da história de vida. Para a autora, as narrativas desvendam informações da vida de quem as narra, podendo tomar a forma de autobiografia, ser um discurso livre e subjetivo, recorrer a fontes documentais ou a relatos de vida.

Apesar de não haver uma definição consensualmente aceita na ciência, para o termo “narrativa”, Hanke (s/d), postula que narrar é uma forma básica da atividade lingüística. O autor lembra que narrar é um tipo específico da comunicação cotidiana. Ilustra que Aristóteles compreendia a narrativa como uma das formas (*schemata*) de linguagem. A capacidade de narrar, própria do humano e sua inteligência, é parte integrante da sua “competência lingüística e simbólica” (HANKE, s/d, p.118). Conforme o psicólogo Jerome Bruner, a realidade é resultado de uma construção narrativa. Narrar auxilia na estruturação da experiência humana, pois “organizamos nossa experiência e nossa memória principalmente através da narrativa” (BRUNER, 1991, referido por HANKE, s/d).

Em entrevista cedida em 2009 para Becker, a antropóloga Jean Langdon ensina que a narrativa é um método amplamente manejado pelos antropólogos – com seu *olhar nos processos coletivos* – para compreenderem a experiência subjetiva das pessoas. É Langdon (2001), quem explicita: a palavra “narrativa” aponta para a tradição oral, a qual contém mitos, lendas e contos, na maneira como são conhecidos pela Antropologia, além de relatos pessoais.

Uma narrativa consiste em narrar algo em uma seqüência que inclui introdução, desenvolvimento e conclusão. Uma narrativa pode descrever um episódio distante no tempo passado, o “passado mítico”. Pode ainda dar conta de “tempos históricos”, explicando episódios “reais”, assim como fatos recentes, tais como narrativas de acontecimentos pessoais. Por último, pode relatar algo que nunca aconteceu e que não é de natureza sagrada. Langdon, quando relata sua experiência com o povo Siona, enfoca a narrativa como uma expressão simbólica do funcionamento do mundo daquela população.

Langdon (2001) cita Burke, Turner, Mitchell e Sherzer referindo que eles estão interessados na tradição oral como “equipamento para viver” e em como a narrativa fornece uma maneira de gerenciar conflitos numa sociedade. Enfim, a narrativa é uma expressão simbólica que possibilita compreender o acontecido, ou ainda, é a maneira comum de falar sobre a vida. O narrador escolhe dos eventos “reais” aquilo que os une para comunicar sua maneira de perceber os fenômenos.

Langdon (1993) pontua que trabalha com narrativas, “histórias que têm um começo, um meio e um fim e que reconstroem os eventos em nossas vidas”. Situa que, como antropóloga, ela escuta narrativas de povos indígenas, entendendo as narrativas como sistemas simbólicos pelos quais as pessoas expressam suas percepções do cosmos, sua visão de mundo e as maneiras de interpretar as suas vidas.

Em artigo de 1993, no qual Langdon denuncia questões atinentes à violência sexual contra a mulher, a autora afirma que as narrativas abordam também questões concernetes a conflitos, como referido acima; elas *são acusações*, e o estudo de narrativas auxilia no entendimento dos conflitos inerentes às relações sociais. Lembra que tal característica não é algo próprio das narrativas indígenas, mas de narrativas como uma forma universal encontrada nas mais diferentes culturas. Logo, “podemos examinar narrativas em qualquer sociedade para ver o que as pessoas selecionam como sendo importante para reconstruir suas histórias e expressar seus valores” (LANGDON, 1993).

Segundo Silveira (2000), a narrativa é uma ferramenta valiosa para se apreender as situações concernentes à constituição da subjetividade. A autora referencia Rabelo & Alves, os quais assinalam o papel do discurso sobre a doença mental e a construção de identidades por meio das narrativas. Ao narrar seu adoecimento, o narrador se transforma em personagem, “fala por meio de outros autorizados, defende um argumento, negocia responsabilidades, define identidades e pleiteia direito a determinado tratamento” (p. 40).

Para Bruner (1991), as narrativas auxiliam na produção de um entendimento da realidade. A aceitação da mesma está mais vinculada à convenção, necessidade e sentidos que são atribuídos a ela do que da constatação empírica ou de seus pressupostos lógicos. Ou seja, o significado da narrativa corresponde “ao modo como a narrativa opera como instrumento do pensamento ao construir a realidade” (p. 6).

No campo das psicoterapias também o manejo das narrativas vem sendo utilizado para lidar com as situações trazidas pelas pessoas e que são relatadas no contexto clínico, seja de maneira individual, seja grupal. A importância das narrativas para a Psicologia tem sido desvendada, notadamente, a partir do Construcionismo Social e com o entendimento de seus pensadores acerca da realidade, do *self*, da ciência e de como se erige o(s) conhecimento(s).

Cabe referir ainda, nesse sentido, o texto de Goolishian e Anderson, no qual questionam o sentido do termo *self* e o relacionam às terapias pós-modernas. Os autores afirmam que as primeiras tentativas de tratar do papel das narrativas em psicoterapia remontam ao movimento psicanalítico na obra de Spence e de Schafer (décadas de 70 e 80). Basicamente estes autores começaram a discorrer que estamos nos contando permanentemente e isso significa que o si mesmo se consolida na formas, mais ou menos instáveis e emocionais, “de contar-nos a nós mesmos e aos outros sobre nós mesmos e a própria continuidade, através da mudança ao acaso e continua do viver” (GOOLISHIAN & ANDERSON, 1996, p. 194).

5.4 Terapias Narrativas

“A seus olhos, tanto os significados como o sentido do *self* e as emoções tem sua origem em um contexto intrinsecamente relacional, não apenas o “eu” e o “tu” não se manifestam senão nos diálogos permitidos pelas relações humanas, como também a própria identidade é produzida pelas narrativas que têm origem em trocas comuns; tais narrativas dizem respeito, na verdade, muito mais a relações sociais do que as escolhas individuais” (GERGEN, citado por ELKAÏN, 1998, p.228)

O pós-modernismo propiciou à psicoterapia de base sistêmica uma transformação com ênfase na construção de significados, nos modelos dialógicos e nas metáforas narrativas e hermenêuticas, como visto acima. Dentre as palavras-chave usadas por tais modelos terapêuticos destacam-se: sistemas lingüísticos, narrativa, conversação, diálogo, histórias, significado, cultura (GRANDESSO, 2001).

Assumir que as pessoas constroem suas realidades, segundo Fruggeri (1998), leva a uma discussão acerca do que é descrito como normal e patológico. O construcionismo propõe que o funcionamento das pessoas e famílias não são características daquele indivíduo ou grupo, mas são descrições do profissional. Porém, o modelo médico que embasa princípios psicoterápicos advoga que a cura dos adoecimentos está ligada à identificação do mecanismo patológico que deve ser eliminado com o tratamento correto.

Por outro lado, o construcionismo afirma que não há uma descrição exata e não existem ferramentas para uma observação mais correta. “As descrições dos terapeutas estão de fato ligadas aos seus próprios mapas e eles somente vão enxergar aquilo que for permitido pelos seus pontos de vista” (GRANDESSO, 2001, p. 56). E o entendimento que os terapeutas fazem do que é narrado está limitado ainda pelas descrições do cliente. Dessa forma, o contexto social opera como limite ou possibilidade para a mudança ou manutenção de entendimentos. Tal limitação faz da auto-referência um

processo de construção. “A observação do terapeuta é limitada pelo ponto de vista do cliente e vice-versa” (p.56).

A psicoterapia emerge aí como um processo de comunicação no qual distintos parceiros alicerçam os papéis recíprocos e juntos constroem um contexto interpessoal dentro de um domínio consensual. Antes do pós-modernismo entendia-se que o pensamento era desvendado. Atualmente compreende-se que o pensamento é construído socialmente. Abandona-se o entendimento da prática terapêutica como manipulação. Dessa maneira, desaparece a diferença entre saber e agir. “Saber passa a ser um ato cujo sentido emerge pela coordenação” dos entendimentos do cliente e do terapeuta (ob. cit, p. 57).

Soar Filho (2005) entende que as terapias pós-modernas se assemelham a um texto em que a história de vida e o *self* vão sendo contadas. As descrições, as histórias são concebidas como narrativas, como jeitos singulares de organizar seqüências de eventos essenciais. E, diferentemente das terapias “modernas”, as versões dos terapeutas não são consideradas mais reais do que aquelas dos clientes. As compreensões do terapeuta são tão culturalmente determinadas quanto às do(s) cliente(s), e o processo psicoterapêutico tem como meta mais do que a troca de uma versão por outra mais verdadeira, busca a co-construção de uma versão menos patologizante. “A terapia é compreendida, portanto, como um *processo de negociação de significados*, no qual o terapeuta participa ao propiciar elementos para uma mudança nos quadros de referência, mais do que nos conteúdos, sobre os quais os pacientes constroem suas narrativas” (SOAR FILHO, 2005, p. 56).

Segundo Grandesso (2001), seguindo a mesma linha de White, é pressuposto das abordagens narrativas que as pessoas vivem suas vidas por meio de histórias, as quais organizam e dão sentido à experiência e que os problemas existem na linguagem, sendo capturados nas histórias dominantes, co-autoriadas nas comunidades lingüísticas das pessoas. A autora pontua, à sua maneira, o que os construcionistas Epsom e White defendem: as pessoas, buscando dar sentido às suas vidas, organizam sua experiência em

seqüências temporais, construindo um relato coerente de si próprias e do mundo.

Este relato no tempo, que nominam de narração, permite às pessoas um senso de continuidade e sentido em suas vidas, e faz com que passado, presente e futuro se misturem na elaboração de qualquer narração. Nessa linha, “uma história pode ser definida como uma unidade de sentido que oferece uma estrutura para a experiência vivida. É através destas histórias que a experiência é interpretada” (EPSTON et al., 1998, p. 119, citados por RASERA & JAPUR, 2006). Por meio de pesquisas e estudos em outras áreas do conhecimento para além da terapia familiar, lembra Palma (2008), tais como a antropologia cultural³, a teoria literária e a filosofia crítica, White reconhece influências estruturantes na sua construção da Terapia Narrativa. White entende que a terapia Narrativa abarca possibilidades de contar e recontar, desenvolver e re-desenvolver as histórias favoritas das vidas das pessoas; possibilita um re-engajamento e uma produção de histórias alternativas das vidas das pessoas.

Grandesso (2001) destaca três abordagens narrativas: a terapia narrativa com foco em **práticas transformativas** e na organização de histórias qualitativamente ‘melhores’ para o sistema, em torno dos “estranhos atratores”, aludindo à teoria do caos. Os atratores são opções empoderadoras que emergem nos pontos de bifurcação de narrativas desestabilizadas pela conversação terapêutica (SLUZKI, 1996); a terapia narrativa cujo foco se caracteriza por **processos reflexivos** e a abertura das palavras para os significados por elas construídos, bem como no processo de questionamento como contexto capaz de ensejar a mudança; a terapia narrativa com ênfase na **desconstrução de histórias dominantes e olhares subjugadores do self**. A reconstrução narrativa, decorrente do trabalho terapêutico, caracteriza esse

³ Nos trabalhos de Jerome Bruner - a vida é construída por narrativas formadas por eventos, em seqüência, ao longo do tempo, de acordo com um enredo; Clifford Geertz - interesse nos símbolos que constroem a identidade dos sujeitos e Barbara Myerhoff – estudo do papel da audiência para a manutenção da cultura de um grupo em risco de se tornar invisível (PALMA, 2008).

modelo de terapia como sendo de re-autoria da autobiografia. Nessa linha despontam os trabalhos de Michael White e David Epston, acima referidos.

Concluindo, pontuo que as narrativas dão ênfase sobre significados socialmente construídos na linguagem e nos espaços dialógicos, sendo, ao mesmo tempo, gerados nas falas emergentes e responsáveis por suas transformações. Também é por meio delas que o profissional co-constrói o sistema terapêutico, aquilo que vem a ser considerado problema e as possibilidades de mudança; que a mudança só pode se dar a partir da própria pessoa e o terapeuta é responsável pela organização da conversação terapêutica. Finalmente, percebe-se a legitimação do saber local, das pessoas e contextos.

6. CONSIDERAÇÕES PESSOAIS

A idéia de elaborar este texto surgiu de duas nascentes. A primeira, ao participar das aulas do professor João David Mendonça – ao longo da formação em terapia sistêmico-relacional que está se encerrando – que, com entusiasmo e conhecimento, motivava-nos a respeito da importância das narrativas. Aliado a isso, a curiosidade aumentou quando, na disciplina de Antropologia da Saúde, no curso de doutorado⁴ que estou desenvolvendo, a professora (antropóloga Jean Langdon) questionou a turma sobre o sentido da palavra narrativa. A partir daí surgiu a idéia e o desejo de aprofundar o tema e realizar reflexões e considerações a esse respeito. Ademais, o conhecimento que de alguma forma eu manejo no consultório como psicoterapeuta sistêmica, me despertou também essa motivação, ou seja, falar sobre narrativas e de como foi o percorrer o caminho do sintoma às relações e às narrativas.

Nessa incursão, pude perceber ao longo dos artigos e capítulos lidos que o Construcionismo Social se aproxima do entendimento esboçado pela Antropologia, e em especial, pela Antropologia da Saúde, notadamente percebendo a cultura como um sistema de significados, portanto, interpretativa, inclusive ai os processos de saúde-doença. As doenças são produto de vários fatores, bem como uma construção sócio-cultural e possuem caráter processual (processo). Outro momento em que percebi convergência entre o Construcionismo Social, a Terapia Narrativa e a Antropologia da Saúde é que compreendem o processo terapêutico como uma sequência de decisões e negociações (co-criação e co-autoria), ou seja, “saber passa a ser um ato cujo sentido emerge pela coordenação” dos entendimentos do cliente e do terapeuta. Os adoecimentos ou sofrimentos, tal como visto no texto de Silveira (2000) não são fenômenos estáticos, mas processos que dependem de interpretação e ação do meio cultural, o que requer negociações na busca da *cura*. Como refere Langdon, “Uma melhor visão para entender as doenças

⁴ O doutorado em questão é desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, na área de processos psicossociais, desenvolvimento e saúde.

seria considerá-las como resultantes de vários fatores interagindo que não se limitam a biologia como a entendemos tradicionalmente”.

Portanto, para mim, fez bastante sentido pensar e refletir acerca de meu trabalho como psicoterapeuta de abordagem sistêmica e com isso cancelar minha prática, tendo em vista as questões acima tratadas, notadamente no que se refere à compreensão do que é narrativa e como esse relato traz em si o que a pessoa escolheu para falar acerca de sua história, seus valores e afetos. Isso tudo me afeta também, pois também eu tenho meus mapas e capacidades [limitadas] de compreensão.

A característica auto-referencial das terapias pós-modernas, em especial as narrativas, desafia o profissional a tornar explícitos seus pré julgamentos e preconceitos, seus valores e ideologias, ou seja, os limites de sua singularidade são os limites de sua prática e de seu mundo. É bom não perder isso de vista. A terapia, lembra Grandesso (2001), é uma prática social transformadora e deve ser vista a partir dos contextos locais e das histórias culturais das suas distintas comunidades lingüísticas.

Finalmente, cabe compartilhar que a idéia de pesquisar Terapias Narrativas também brotou de minha curiosidade sobre as mesmas no processo psicoterapêutico. Busquei então nas teorias o que me ajudasse a elucidar e compreender melhor o construto em foco. No início das leituras, que naturalmente remontam a outras que já havia feito – notadamente quando me debrucei sobre a mediação de conflitos familiares, tema de minha dissertação de mestrado e época em que conheci parte da obra de Keneth Gergen e o Construcionismo Social – frequentemente pensava na célebre frase de Quintana: “Qualquer idéia que te agrada, por isso mesmo, é tua. O autor nada mais fez que vestir a verdade que dentro em ti se achava inteiramente nua...”.

Nós psicólogos sistêmicos poderíamos chamar isso de ressonância? Bem, seja o que for, estudar e compreender melhor o sentido das narrativas encontrou eco em mim. Na “viagem” que ora finda, tecida em longas leituras de artigos que tratavam sobre o tema (diretamente ou não), me deparei com alguns terapeutas que, corajosos em suas reflexões, expunham os ‘erros’ que

havia cometido ou que poderiam ter sido cometidos em sua prática; além disso, explicitavam parte de seus sentimentos na descrição de fragmentos de suas sessões, a fim de tornar mais inteligível essa tal *interação* ocorrida na relação formada entre ele e seu cliente(s). Isso, por si só, trouxe um gostoso alento: somos todos *demasiado humanos*. Estudar *ser terapeuta* considerando a sua existência é isto: é sair de um mundo protegido (encastelado) e se expor, olhando para si mesmo e sabendo que *também fazemos parte* da relação. Não temos a menor vocação à neutralidade.

No caminho percorrido, dúvidas e sentimentos de não-saber foram experienciados. As incertezas, cheguei novamente à Física Quântica, quanto essa auxiliou a compreender os fenômenos vividos e estudados. Aliás, o observador tem o condão de mudar a realidade observada conforme seu próprio referencial, a exemplo do que é demonstrado na Física Quântica, na qual uma mesma energia num instante é “onda” e em outro, “partícula”.

Portanto, foi para compreender melhor essa *relação* que busquei, na Física Quântica, argumentos de que sempre estamos envolvidos numa relação, basta interagirmos com outra pessoa; não há como haver separação. Ademais, o conhecimento oriundo desse novo paradigma mostrou que não há como ocorrer uma total separação entre observador e observado; não apenas dentro da relação terapêutica, senão que a nossa vida também é um grande campo, uma dança narrada. Vivemos nela inseridos, e mesmo sem saber, estamos influenciando uns aos outros numa complexa teia de inter-relações a qual não é possível ser desconsiderada.

7. REFERÊNCIAS

1. ALBUQUERQUE, C. X. Física Quântica e Identificação Projetiva: Uma tentativa de aproximação. Trabalho apresentado na Reunião Científica da Sociedade de Psicanálise de Brasília em 13/09/2000. [On-line] Disponível: <http://www.gradiva.com.br>;
2. BECKER, S. et al. Dialogando sobre o processo saúde/doença com a Antropologia: entrevista com Esther Jean Langdon. *Rev. bras. enferm.* [online]. 2009, vol.62, n.2 [cited 2010-06-10], pp. 323-326 (disponível on line).
3. BEZERRA, A. Expansão cênica da narrativa e sua eficácia simbólica. ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação UFBA, Salvador, Bahia, 2008 (disponível on line).
4. BOFF, L. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana. Petrópolis: vozes, 1997.
5. BRUSCAGIM, C. Terapia familiar sistêmica. In: Psicoterapias. Revista Mente e Cérebro. Vol. 4. São Paulo: Duetto, 2010.
6. BRUNER. J. *The Narrative Construction of Reality*. *Critical Inquiry*, The University of Chicago, Chicago, v. 18, p. 1-21, 1991.
7. CAPRA. F. A teia da vida. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1996.
8. ELKAIM, M. Panorama das terapias familiares. São Paulo: Summus, 1992, v. 2.
9. EYSENCK, M. & KEANE, M. Psicologia Cognitiva: um manual introdutório. Porto Alegre: Artmed, 1994.
10. FIALHO, F. Introdução ao estudo da consciência. Curitiba: Gênese, 1998.
11. FILOMENO, K. Da cibernética à teoria familiar sistêmica: um resgate dos pressupostos. (Disponível online) em <http://www.sistemica.com.br/docs/Karina%20Filomeno.doc>. Acesso em dezembro de 2010.
12. FONTE, C. A narrativa no contexto da ciência psicológica sob o aspecto do processo de construção de significados. *Psicologia: Teoria e Prática* – 2006, 8 (2):123-131 (disponível on line).
13. FRUGERI, L. O processo terapêutico como construção social da mudança. In: McNAMME, S & GERGEN, K. Terapia como construção social. Porto Alegre: Artmed, 1998.
14. GERGEN, K. Realities and relationships. Soundings in social construction. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
15. GERGEN, K. & WARHUUS, L. (2001). La terapia como construcion social: dimensiones, deliberaciones y divergencias. *Sistemas Familiares*, 17 (1), 11-27, 2001.

16. GLAISER, M. A dança do Universo. 2ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
17. _____. Retalhos Cósmicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
18. _____. O Fim da Terra e do Céu: O Apocalipse na Ciência e na Religião. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
19. GRANDESCO, M.A. Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
20. _____. Terapias pós-modernas: um panorama. 2001 (disponível on line).
21. HANKE, M. Narrativas orais: formas e funções. Revista contracampo. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/contracampo/article/viewFile/32/31>. Acesso em 16 de dezembro de 2010.
22. LANGDON, E. J. "O Dito e o Não-Dito": Reflexões sobre Narrativas que Famílias de Classe Média não Contam. Revista de estudos Feministas, n. 1/93, 1993.
23. _____. A doença como experiência: o papel da narrativa na construção sociocultural da doença. Etnográfica, Vol. V (2), 2001, pp. 241-260
24. McNAMME, S & GERGEN, K. A terapia como construção social. Porto Alegre: Artmed: 1995.
25. MINUCHIN, S. Famílias e casais. Porto Alegre: Artmed, 2009.
26. MORIN, E. Meus demônios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
27. NEUBERN, M. As emoções como caminho para uma epistemologia complexa em psicologia. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Maio-Ago 2000, Vol. 16 n. 2, pp. 153-164
28. NOGUEIRA, C. Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. Cadernos de Pesquisa, nº 112, mp. a1r3ço7/125030,1 março/ 2001. (disponível on line).
29. PALMA, F. Terapia Narrativa. Artigo publicado em: Idéias Sistêmicas – Caderno do CEFAL, ano V, número 5, Outubro / 2008 (disponível on line).
30. PAP. P. Uma abordagem prática a terapia sistêmica da família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
31. RASERA & JAPUR. Desafios da aproximação do construcionismo social ao campo da psicoterapia. Estudos de Psicologia 2004, 9(3), 431-439, (disponível on line).
32. SILVEIRA, M. L. O nervo cala, o nervo fala: a linguagem da doença. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.
33. SLUSKI, C. Violência familiar e violência política, implicações terapêuticas de um modelo geral. In: SCHINITMAN. D. Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artmed, 1996, p. 228 a 240.
34. SOAR FILHO, E. Varius multiplex multiformis: epistemologia do self no pós-modernismo [dissertação de mestrado]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.
35. _____. Para que terapia? Estudo interdisciplinar sobre o self contemporâneo. [Tese de doutorado]. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar da UFSC, 2005.

36. VASCONCELOS, M.J.E. Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência. 4.ed. Campinas: Papirus, 2002.
37. WHITE, M. Reflections on narrative practices. Adelaide: Dulwich Publications, 2000.